

LICENCIATURA EM CIÊNCIAS EMPRESARIAIS E
ORGANIZACIONAIS VERTENTE: GESTÃO DE EMPRESA

Investimento Directo Estrangeiro e o Desenvolvimento de Cabo Verde No Período de 2000 à 2010.

REALIZADO POR: Andreia Lenine Semedo de Pina

ORIENTADOR: Mestre José Carlos Teixeira

Praia – Cabo Verde

2012



CURSO DE CIÊNCIAS EMPRESARIAIS E ORGANIZACIONAIS

Investimento Directo Estrangeiro e o Desenvolvimento de Cabo Verde No Período de 2000 à 2010.

Dissertação submetida ao registo parcial
com o objectivo de obter licenciatura em
Ciências Empresariais e Organizacionais
(percurso Gestão de Empresas).

Realizado por: Andreia Lenine Semedo de Pina

Orientador: Mestre José Carlos Teixeira

Praia/Cabo Verde
16-06-13

DEDICATÓRIA

Em especial dedico este trabalho à pessoa que sempre esteve presente em todas as etapas da minha vida, meus pais Eduardo da Veiga de Pina e Albertina Semedo Tavares.

AGRADECIMENTOS

Os meus sinceros agradecimentos vão a todas as pessoas que contribuíram directa ou indirectamente para a realização deste trabalho.

Agradeço o meu orientador **José Carlos Teixeira** pela sua valiosa contribuição, críticas e sugestões para melhorar o meu trabalho, bem como ao senhor Celestino Sanches quadro técnico de Cabo Verde Investimento que me proporcionou informações valiosas para a realização deste trabalho.

Um agradecimento especial a todos os meus professores da Escola de Negócios e Governação (ENG), que contribuíram no dia-a-dia dando-me conhecimentos para a minha formação académica.

Quero agradecer ainda, a todos os inspectores do Inspeção Geral do Trabalho que se dispuseram da sua colaboração e do seu tempo para debater comigo orientações práticas sobre as actividades e trabalhos a desenvolver.

Para finalizar agradecer a Deus por me ter dado motivação e ânimo na realização deste trabalho e a minha família em especial aos meus pais, Eduardo da Veiga de Pina e Albertina Semedo Tavares, pelo empenho e sacrifício que desinteressadamente colocaram ao serviço da minha formação.

RESUMO

Este trabalho vai debruçar-se no estudo do Investimento Directo Estrangeiro (IDE) em Cabo Verde. As razões que levaram a este estudo é a observância da existência de uma entrada significativa destes investimentos, querendo-se analisar o seu contributo para com a sociedade e o seu papel no desenvolvimento de Cabo Verde. O objectivo é conhecer a importância do IDE em Cabo Verde, o seu destino e os sectores prioritários e conhecer a sua contribuição para os indicadores de desenvolvimento. A metodologia adoptada é o estudo de caso numa pesquisa descritiva exploratória e correlacional. Os resultados apontam que o IDE teve um aumento ao longo dos anos até 2007 e que, Cabo Verde sendo um país fortemente dependente do exterior, o IDE contribui fortemente para o crescimento do PIB e o índice de desenvolvimento do país.

Palavras-chave: Cabo Verde; Desenvolvimento; Investimento Directo Estrangeiro.

GLOSSÁRIO DE ABREVIATURAS

ACP	África, Canárias e Pacífico
APD	Ajuda Pública ao Desenvolvimento
APE	Acordos de Parceria Económica
BCV.....	Banco de Cabo Verde
BP.....	Banco de Portugal
CDE.....	Centro de Desenvolvimento
CEDEAO.....	Comunidade Económica do Estados da África Ocidental
CTA.....	Centro de Desenvolvimento Agrícola
CV	Cabo Verde
CVE.....	Escudos Cabo Verdeano
CVI.....	Cabo Verde Investimentos
FED	Fundo Europeu de Desenvolvimento
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
GATT	Acordo Geral sobre Comércio e Tarifas
GOP.....	Grandes Opções do Plano
IDE.....	Investimento Directo Externo
INE	Instituto Nacional de Estatísticas
IDH.....	Índice de Desenvolvimento Humano
OCDE.....	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OMC.....	Organização Mundial do Comércio
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PEID.....	Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento
PND.....	Plano nacional de Desenvolvimento
PRMB.....	Países de Rendimento Médio Baixo.
UE	União Europeia
ZEE	Zona Económica Exclusiva

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Detrminantes do IDE relacionados ao país de destino	5
Tabela 2: Participação da África nos fluxos de IDE recebidos (em %).....	9
Tabela 3: PIB corrente, preços em milhares de contos	15
Tabela 4: PIB per capita.	16
Tabela 5: Evolução da taxa de inflação percentual de Cabo Verde de 1999 a 2011.	17
Tabela 6: Esperança Média de vida em Cabo verde nos anos de 2000 à 2011.....	17
Tabela 7: Taxa de Mortalidade Infantil em Cabo Verde 2000 – 2011.....	18
Tabela 8: Evolução da taxa de Desemprego.....	18
Tabela 9: Taxa de Alfabetização em Cabo Verde de 2000 à 2011.....	18
Tabela 10: Evolução da taxa de crescimento da procura e oferta Turística em Cabo Verde (2000 - 2011)	23
Tabela 11: Entrada do IDE para o sector das indústrias.....	25
Tabela 12: Estatística Descritiva	30
Tabela 13: Correlação percentual do IDE no PIB e taxa de crescimento do PIB.....	33
Tabela 14: Correlação taxa de crescimento do PIB e Índice de desenvolvimento humano...33	
Tabela 15: Correlação Índice de desenvolvimento humano com as variáveis.....	34
Tabela 16: Correlação entre % do IDE no PIB e IDE relativamente a outras variáveis.....	36
Tabela 17: Índices de preços do consumidor , Cabo Verde 2008 à 2011	42
Tabela 18: Índice de Preços no Consumidor por Grupo de Bens e Serviços - Nacional 1998 – 2007.	43
Tabela 19: Evolução da população residente urbana por ilha e concelho segundo os censos (1990 -2010)	44
Tabela 20: Evolução da taxa de inflação nacional por ano de 1998 a 2010.....	46

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: As Ilhas de Cabo Verde.....	13
Figura 2: Evolução do PIB	15
Figura 3: Evolução da taxa de inflação percentual de Cabo Verde de 1999 a 2011.....	17
Figura 4: IDE acumulados por origem de capital 2006 – 2008 (percentagens)	22
Figura 5: IDE aprovados no sector do turismo 2005 - 2008 (USD Milhões)	24
Figura 6 – Evolução da % do IDE no PIB e Taxa de crescimento do PIB.....	32

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA.....	I
AGRADECIMENTOS	II
RESUMO.....	III
GLOSSÁRIO DE ABREVIATURAS.....	IV
ÍNDICE DE TABELAS	V
ÍNDICE DE FIGURAS	VI
SUMÁRIO.....	VII
INTRODUÇÃO.....	1
1 Contextualização.....	1
2 Justificativa.....	2
3 Objectivos.....	2
3.1 Objectivo geral:.....	2
3.2 Objectivo específico:.....	2
4 Hipóteses	2
CAPITULO I - INVESTIMENTO DIRECTO ESTRANGEIRO.....	4
1.1. Conceito de Investimento Directo.....	4
1.2. Determinantes do Investimento Directo Estrangeiro	4
1.3 Investimento Directo Estrangeiro no Mundo.....	7
CAPÍTULO II- O CASO DE CABO VERDE.....	10
2.1 Caracterização da Economia de Cabo Verde	10
2.2 Caracterização histórica e sociopolítica de Cabo Verde.....	11
2.3 Caracterização Geográfica, Demográfica e Económica.....	13
2.4 Principais Indicadores de Desenvolvimento.....	15
2.4.1 PIB.....	15
2.4.2 PIB per capita.....	16
2.4.3 Inflação.....	16
2.4.4 Esperança média de vida.....	17
2.4.5 Taxa de mortalidade infantil.....	18

2.4.6 Taxa de Desemprego.....	18
2.4.7 Taxa de Alfabetização.....	18
2.5 Investimento Directo Externo em Cabo Verde.....	19
2.5.1 Surgimento do Investimento Directo Externo em Cabo Verde.....	19
2.5.2 Determinantes do Investimento Directo Externo em Cabo Verde.....	20
2.5.3 Os principais determinantes do IDE em Cabo Verde.....	20
2.6 Que Papel desempenha e tem desempenhado o IDE no desenvolvimento de Cabo Verde.....	21
2.7 Sectores prioritários do IDE em Cabo Verde.....	21
2.7.1 Turismo.....	24
2.7.2 Indústria.....	24
CAPITULO III - METODOLOGIA.....	26
3.1 Objectivo de Estudo.....	26
3.2 Método de Estudo.....	26
3.3 Recolha dos dados.....	27
3.4 Técnica de análise dos dados.....	27
3.5 Tratamento dos dados.....	27
3.6 Limitações e Constrangimentos.....	28.
CAPÍTULO IV - RESULTADOS DE PESQUISA.....	29
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	38
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	40
ANEXOS	42

INTRODUÇÃO

1. Contextualização

Cabo Verde com a liberalização da sua economia ganhou uma conjuntura favorável para o seu crescimento económico, principalmente após o ano de 1990 em que se afigura uma maior entrada do IDE em CV. Cabo Verde com a abertura do seu mercado ao exterior obteve investimentos privados em várias áreas como no sector do das indústrias e imobiliário turístico contribuindo assim para um bom crescimento económico, aumentando o PIB para 107,252 milhões em 2007 (INE), em relação a 12 624,6 milhões em 1985, de 21 573,4 milhões em 1990, mostrando que o PIB de Cabo Verde teve uma evolução crescente durante os anos (INE, 2012).

Devido a necessidade de uma economia mais dinâmica o país teve que abrir ao exterior, assim, temos entrada cada vez mais crescente de empresas estrangeiras no país. As áreas como: turismo, portos, aeroportos, comércio e indústria são facilitadores do desenvolvimento económico e abertos ao exterior. A caixa geral de Depósitos e as cooperações estrangeiras e recentemente o Millennium Challenge Account (MCA), tem sido o parceiro de desenvolvimento de Cabo Verde tanto a nível económico, através de actividade financeiras como a nível social.

Em Cabo Verde no ano de 1994 à 2000, houve uma entrada significativa de empresas no mercado, tendo uma maior incidência no ano de 1997 em que houve uma entrada de 18 empresas, oriundas de países como Portugal, Holanda, Itália, Alemanha (INE, 2012).

O sector que mais desenvolveu com o Investimento Directo Estrangeiro é o turismo. Com o passar dos anos o IDE aumentou significativamente em cabo verde e consequentemente a economia deste. Tendo em conta este cenário submete-se a um estudo sobre o IDE e o desenvolvimento de Cabo Verde. Sendo assim, o trabalho tenta responder a questão: Qual é o papel do Investimento Directo Estrangeiro no Desenvolvimento de Cabo Verde?

2. Justificativa

A escolha deste tema tem em vista o estudo do desenvolvimento de Cabo Verde. Sendo um país com grande número de empresas estrangeiras no mercado, totalizando o número de 273 empresas estrangeiras no ano de 2000 a 2010, oriundos de vários países como a Holanda, Portugal, Itália, Dinamarca, Senegal (CVI, 2011). Sendo um país marcado pela sua insularidade, dispondo de vários atractivos, que favorecem alguns sectores de actividades, como o sector terciário (turismo), sector secundário (indústrias) que estão tendo uma dinâmica de crescimento visível, em relação a outros sectores que já não são muito expressivas, tais como os provenientes de sectores Primários (a agricultura, avicultura).

3. Objectivos

3.1 Objectivo geral:

O objectivo geral deste trabalho é conhecer a importância do investimento directo estrangeiro em Cabo Verde.

3.2 Objectivo específico:

- Avaliar o papel que tem desempenhado e desempenha o Investimento Directo Estrangeiro no desenvolvimento de Cabo Verde.
- Conhecer o destino do IDE em Cabo Verde
- Identificar os sectores prioritários dos investimentos directos externo.
- Entender o conceito e o seu papel no desenvolvimento dos países.

Hipóteses

- O desenvolvimento de Cabo Verde, de certo modo, depende da evolução favorável do Investimento Directo Estrangeiro.
- O Investimento Directo Estrangeiro promove o crescimento e o desenvolvimento económico.

Este trabalho está estruturado da seguinte forma:

Conceito e os determinantes do Investimento Directo Externo no Capítulo I. No Capítulo II vai-se analisar o Investimento Directo Estrangeiro em Cabo Verde, caracterizando a sua economia, a sua evolução histórica e demográfica, os indicadores de desenvolvimento de Cabo Verde e os sectores prioritários do investimento directo estrangeiro em Cabo Verde. No Capítulo III explicita-se a metodologia usada para a elaboração deste trabalho e no IV Capítulo os resultados do estudo.

CAPITULO I - INVESTIMENTO DIRECTO ESTRANGEIRO

1.1 Conceito de Investimento Directo Estrangeiro

A noção de estatística e operacional conduziu a uma necessidade de um conceito institucional aceite, desde de 1993, pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), OCDE, Comissão da Comunidade Europeia (CE), e Nações Unidas/Banco Mundial que definem IDE como participação mínima no capital social 10% (ou equivalente em poder de decisão). Esta percentagem considera-se o mínimo de poder de voto para influenciar a gestão da entidade receptora do capital externo, definindo-se, assim, como IDE, todo e qualquer fluxo financeiro ou, de outra natureza, que possa estabelecer uma participação mínima equivalente (Campos, 2010, p.10).

O Investimento Directo Estrangeiro é definido como investimentos aplicados na criação de novas empresas ou na participação accionária em empresas já existentes, (Caixa Geral de Depósitos, 2007).

O IDE é um investimento que visa adquirir um interesse duradouro em uma empresa cuja exploração acontece em um outro país, que não do investidor e com o objectivo de influir efectivamente na gestão da empresa em questão, (Caixa Geral de Depósitos, 2007). Investimento Directo Estrangeiro (IDE) é a aquisição por parte de uma entidade residente num determinado país (o investidor) de uma participação duradoura na economia de um outro país, (Tolentino, et al. 2008).

O FMI considera o Investimento Directo Estrangeiro, aquele em que maior de 50% do valor do empreendimento pertence a capital estrangeiro ou mais de 25% pertencente a um único investidor estrangeiro sendo que o restante capital é dividido entre inúmeros accionistas nacionais.

Uma das principais características do IDE é que o investidor estrangeiro possui o controlo total ou parcial do empreendimento que recebeu o capital. De modo distinto do capital do

portfólio, os activos denominados por IDE apresentam baixa liquidez (Amal & Seabra, 2007, p. 2).

As actividades económicas com a inclusão do investimento directo estrangeiro beneficiam de vários incentivos gerais e especiais. Como este último, isenção de tributação dos dividendos, lucros distribuídos e originados em investimento estrangeiros nos seguintes casos:

- Durante os primeiros cinco anos de actividade;
- Sempre que tenham sido reinvestidos em actividades económicas em Cabo Verde.

Ou seja, quando o investimento realizado for originado de investimento estrangeiro tem incentivos que são isenção de tributação dos dividendos e lucros distribuídos durante cinco anos e sempre que o capital gerado por este investimento for reinvestido nas actividades económicas nacionais. Após o período de isenção os lucros são tributados a taxa de 10%, (Caixa Geral de Depósitos, 2007).

1.2. Determinantes do Investimento Directo Estrangeiro

Segundo (Campos, 2010, p.13), na segunda linha de estudo sobre o determinante do IDE, caracteriza-se pelas vantagens associadas à internacionalização, onde Buckley e Casson (1976), defendem a necessidade e importância da existência de quatro principais elementos: (1) elementos específicos a indústria em que se inserem (ligados com a natureza do produto e as características do mercado externo); (2) elementos típicos da região (características sociais e geográficas); (3) elementos característicos dos países (ligados às suas relações políticas e fiscais); e finalmente (4) vantagens específicas da empresa, as quais reflectem a capacidade organizativa das empresas e de gestão nos mercados internos.

Numa perspectiva analítica, aos factores de localização na indústria, cumpre destacar a mão-de-obra (disponibilidade, custo e qualificação), o mercado (dimensão e perspectiva de crescimento), a acessibilidade (geográfica e infra-estrutural) e os incentivos ao investimento directo estrangeiro, (Campos, 2010, p.13).

Tabela 1 - Determinantes do IDE relacionados com o país de destino (vantagens de localização)

Enquadramento político

Estabilidade económica, político e social
Regras de entradas e de produção de IDE
Normas de tratamento das filiais estrangeiras
Políticas de funcionamento e estrutura dos mercados
Acordos internacionais sobre o IDE
Política de privatizações
Política comercial e coerência de comércio e do IDE
Política tributária
Determinantes económicas (segundo as entradas de EMN)
Procura de Mercado
Dimensão de mercado
Crescimento do mercado
Acesso de mercados regionais
Preferência específica dos consumidores locais
Estrutura dos mercados
Procura de recursos
Custos e taxas relativos a terra e construções
Matéria-prima e mão-de-obra Barata e pouco qualificada
Trabalho qualificado
Procura de eficiência
Custos de recursos activos e ajustados pela produtividade
Custos de outros inputs; transportes e comunicações; produtos intermédios
Pertença á uma área de integração regional
Procura de activos
Activos criados (tecnologia e inovação)
Infra-estruturas (Portos, estradas, energia e telecomunicações)
Capacidade e ambiente macro inovador, de educação empreendedora
Facilitação do negócio
Esquemas de produção de investimento
Facilidades e incentivos ao investimento
Hassle cost (corrupção e custos administrativos)
Amenidades sociais (escolas bilingues, qualidade de vida)
Serviços de pré e pós investimento
Infra-estruturas e serviços de suportes (a nível contabilístico, global e bancário)

Fonte: Moreira & Pereira (2007, p.6).

1.3 Investimento Directo Estrangeiro no Mundo

A forma como têm ocorrido os movimentos de capitais tem passado por diferentes etapas na evolução do processo histórico de globalização. Uma dessas etapas foi a era do expansionismo marítimo, a qual despoletou o surgimento do mercantilismo. Carvalho (2005), considera que nesta época o comércio internacional representava um importante factor de desenvolvimento de uma nação, essencialmente na acumulação de metais preciosos e do superavit na balança comercial.

Segundo Arrigui e Silver (2001), citado por Campos (2010, p.6), até ao século XVIII o desenvolvimento do capitalismo mercantil assentava na exploração das diferenças dos preços nos espaços territorial, isto é nas discrepâncias de raridade de certos bens entre as diferentes regiões do mundo.

Historicamente, no momento em que o movimento socialista cunhou o termo “capitalismo”, em meado século XIX, o conceito foi cunhado com grande carga hostil (Hudson, 1998). O objectivo histórico do capitalismo era integrar as economias nacionais de todo mundo num mercado único. Para Marx, o desenvolvimento das forças produtivas numa economia capitalista, impulsionaria a acumulação de capital e ao mesmo tempo o aumento das mais-valias. Muito embora o crescimento económico estava sujeito a períodos de expansão e de crise, a competição acabaria sempre por criar capacidade excedentária.

Nesta lógica Adda (1997), defende que a integração da economia mundial registou nos quarenta anos anteriores a I Guerra mundial, um avanço significativo. Por isso são os investimentos directos e os empréstimos internacionais que se desenvolveu a uma cadência nunca antes observada, tendo o investimento directo estrangeiro internacionais constituídos uma importante novidade na medida em que se distinguiram com grande ênfase dos outros fluxos internacionais, pela difusão das técnicas de produção e das relações sociais. No período pós guerra o mundo assiste a grandes mudanças na progressão das formas de investimento internacional (Jacinto, 2005), citado por Campos (2010). A conjugação de um ambiente de destruição de impérios coloniais, com os gastos e pagamentos da Guerra, a Revolução Russa e com um forte clima de instabilidade na Europa Centro Oriental (Leste Europeu), conduziu, substancialmente a redução da actividade financeira. Os fluxos do IDE só recuperavam os valores registados em 1914 em inícios dos anos 1930s. Os Estados Unidos

de América (EUA), como forte investidor externo, são pouco afectados pela guerra e suas consequências directas, apesar de se verificarem à posterior os efeitos da Grande Depressão de 1929. Efectivamente os mercados norte-americanos foram relativamente protegidos, já que os seus investimentos se encontravam em sectores de elevada elasticidade da procura. É ainda neste período que se assiste a forte deslocação dos fluxos de IDE da União Socialistas Soviéticas (URSS) para o continente Americano e Reino Unido. Esta expansão se verifica essencialmente na exploração do petróleo, assistindo-se a abertura de novos campos petrolíferos no Golfo do México e no Médio Oriente.

Com a II Guerra Mundial assiste-se um forte declínio dos fluxos de IDE, que poderá até afirmar-se, quase desapareceram após um crescimento contínuo de praticamente meio século (Reis, 2005 e Sousa, 1994). A interrupção na acumulação de Stocks de IDE e o desinvestimento por parte das potências Europeias, agora bastante enfraquecidas, desencadearam uma drástica redução destes fluxos não só em todo o continente Europeu como no Norte da África e Ásia Ocidental (essencialmente na China Ocidental). Segundo Jacinto (2005), citado por (Campos, 2010, p.7) é neste período que os EUA emergem como uma grande potência militar e económica, com o nível mais elevado de rendimento per capita e índices de procura interna exigentes. A leste, a URSS manteve a sua postura ideológica (militar e contudo sem influenciar as dinâmicas económicas).

O fim da II Guerra Mundial traduziu-se num período de grande inovação tecnológica, com grande destaque para os sectores químicos e petrolíferos, potenciando uma considerável expansão dos investimentos pós-guerra. A recuperação da economia da Europa Ocidental é surpreendentemente acelerada, muito por força dos fluxos de capital externo. A rápida evolução dos conceitos tecnológicos, a valorização de algumas moedas europeias e o significativo aumento da eficácia e diminuição dos custos de transportes levou a inversão da dinâmica dos fluxos de IDE, com forte destaque para o investimento da Europa e do Japão nos EUA. (Campos, 2010, p.8). Este novo contexto reflectia em termos qualitativos, uma mudança dos próprios factores determinantes do IDE. As vantagens especificamente ligadas aos factores locacionais, tais como estrutura e dimensão dos mercados internos, grau de abertura e inserção global das economias receptoras do IDE, e sobretudo um quadro institucional para garantir o funcionamento eficiente da economia de mercado, passaram a representar um papel central na distribuição dos fluxos mundiais de IDE. Dentro deste panorama global de mudanças, a América Latina representava neste período de 1993 a 2000,

um dos motores de crescimento e de atracção dos fluxos globais de IDE entre os países emergente (Amal & Seabra, 2007, p.6).

Entre 2000 e 2009, a participação global da África nos fluxos mundiais de investimento directo estrangeiro passou de 0,8% para 5,1%. Em relação aos fluxos de IDE recebidos pelos países em desenvolvimento, o continente Africano respondeu por 4,3% em 2000, alcançando participação de 11,8% em 2009 e 9,6% em 2010. A grande disponibilidade de recursos naturais a preços competitivos e o mercado consumidor potencial tem motivado a ida de diversas empresas para o continente, apesar de enfrentarem problemas como o mau funcionamento de mercado de capitais, a oferta limitada de mão-de-obra qualificada, carência de infra-estrutura, acesso restrito de financiamento, altos custos devido a má qualidade da oferta de energia, a irregularidade de serviços de telefonia, acesso limitado a internet e os riscos relacionados ao ambiente político instável de alguns países da região (Iglésias & Costa, 2011). Em 2010, esses percentuais se reduziram um pouco, mas ainda assim se mantiveram bastante superiores aos do início da década. Essa queda reflectia em grande parte, os efeitos negativos da crise financeira mundial iniciada no final de 2008. A incerteza gerada pela crise acabou por direccionar os investimentos para as economias emergentes da América latina, principalmente o Brasil, o Leste e o sudoeste da Ásia. Ademais, houve, em 2010, um aumento de 44% dos fluxos de IDE para a América do Norte (Iglésias & Costa, 2011, p. 3).

Tabela 2 - Participação da África nos fluxos de IDE recebidos (em %)

	1990	1995	2000	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Países em desenvolvimento	8,16	4,88	4,26	7,41	11,48	10,77	11,02	11,16	11,78	9,6
Mundo	1,37	1,65	0,78	2,93	3,88	3,16	3,2	4,21	5,08	4,43

Fonte: (UNCTAD, 2012).

A participação da África nos fluxos de IDE recebidos é as seguintes:

A participação da África nos países em desenvolvimento relativamente aos fluxos do investimento directo estrangeiro é de 8,16% em 1990, 4,88% em 1995, 4,26% em 2000, 11,48% em 2005 e 9,6% em 2010. Os fluxos do IDE recebidos pela África e o seu peso no Mundo são as seguintes: 1,37% em 1990, 1,65% em 1995, 0,78% em 2000, 3,88% em 2005 e 4,43% em 2010.

CAPÍTULO II- O CASO DE CABO VERDE

2.1 Caracterização da Economia de Cabo Verde

Apesar da escassez da água, a agricultura constitui a base da economia de Cabo Verde. Entre as culturas actuais destacam-se as que se destinam a alimentação base da população, tais como o milho, o feijão e a mandioca. Para além destas, a cana-de-açúcar, os legumes, a banana, a tâmara, a batata-doce e a batata revelam a sua predominância.

A pesca tem um enorme potencial, mas exige um maior investimento para a obtenção de melhores resultados. Na indústria destacam-se a produção de sal e conservas de peixe seco. O turismo tem vindo a aumentar consideravelmente e pode vir a constituir uma das principais fontes de receitas do país. Os principais parceiros comerciais de Cabo Verde são Portugal, Angola, a Holanda, e a Alemanha, (Banco de Portugal, 2005/ 2006).

Este país, como pequena economia isolada, tem dificuldades acrescidas com as necessidades de dependência relativamente aos transportes marítimos e aéreos, com o consequente agravamento dos custos inerentes aos transportes e redução dos benefícios do comércio internacional, mas também com a necessidade de afectação de elevados montantes para as infra-estruturas aéreas, portuárias e rodoviárias (devido a sua descontinuidade territorial). Formada de materiais vulcânicos, este país não tem riquezas minerais líquidas, sólidas ou gasosas. A excepção das ilhas de Boavista e Sal (com sal) e Santo Antão (pozolanas) existem rochas vulcânicas e basálticas sem qualquer valor. Perante a falta de fontes de energia natural, as ilhas só tem podido investir em pequenas unidades de transformação, produção de substâncias alimentares (conservas de carne, peixe, frutas e legumes), de bebidas (refrigerantes, conservas e aguardente) e de artigos de vestuário e calçados. Os recursos minerais mais abundantes são as rochas de construção, que são: pedreiras de basalto, fonólitos e piroclastos. No litoral as areias e cascalhos são também uma fonte de rendimentos. Existe um potencial a explorar em termos de pozolanas, enxofre, gesso, argilas medicinais e sal (Ferreira, 1998, p.9).

2.2 Caracterização Histórica e Sociopolítica de Cabo Verde

Cabo Verde uma ex-colónia de Portugal, foi descoberto em 1460 por Diogo Gomes e António da Nole, quando voltavam de Guiné. Dois anos mais tarde, 1462, fixavam-se os primeiros colonos portugueses em Santiago. Nesta ilha fundaram a cidade de Ribeira Grande, que se tornou muito importante para o comércio de escravos. A importância da cidade cresceu de tal maneira que, em 1541 foi atacada por piratas e, em 1558 por ingleses. Depois de um forte ataque francês no ano de 1712, a cidade foi abandonada. Depois de 1876, a prosperidade das ilhas foi atenuada pelo declínio do tráfico de escravos e pela corrupção e pela má administração, que causaram a falta de água e fome. O fim do século XIX trouxe alguma melhoria, com a integração das ilhas nas grandes rotas comerciais entre a Europa, América do Sul e África do Sul, mas o fim da Primeira Grande Guerra Mundial, trouxe novamente o fim da prosperidade.

Em 1951, a colónia portuguesa passou a ser uma província ultramarina e dez anos depois, todos os naturais das ilhas obtiveram a cidadania portuguesa. Nesta mesma época nasceu um forte movimento a favor da independência de Cabo Verde, conduzida pelo partido Africano para a independência de Cabo Verde e Guiné-Bissau.¹

Finalmente, em 1975 Cabo Verde declarou-se nação independente. Desde então, o país tornou-se uma República unitária, estável e democrática. O uni partidarismo chegou ao fim em 1991 quando foi realizada a primeira eleição multipartidária. O pleito legislativo mais recente ocorreu em Fevereiro de 2011 e o Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV) venceu por maioria absoluta (Nações Unidas, 2012, p.3). Cabo verde é uma república unitária baseada na lei constitucional de 1992, revista em 1999 com aumento dos poderes do Presidente da República, eleito por cinco anos. A república de Cabo Verde é soberana, unitária e democrata, regendo-se por leis internas que salvaguardam o respeito pelos direitos humanos, a paz e a justiça. Para além do seu ordenamento jurídico, o Estado de Cabo Verde vincula-se ainda as convenções e tratados internacionais sobre os direitos humanos e soberania dos povos.

Tomando a vontade popular como suporte, o Estado de Cabo Verde assenta-se nos princípios da liberdade ideológica, da Democracia política, social, cultural, religiosa, económica, da

¹ [http// www. infopedia.pt/Cabo-verde](http://www.infopedia.pt/Cabo-verde).

igualdade, justiça e da solidariedade. Assim resume-se como um Estado de direito, democrático e laico (República de Cabo Verde - Rio + 20, 2012, p.2).

O funcionamento do Estado rege-se por um modelo republicano e democrático, que estabelece como princípios fundamentais a unidade do Estado, a separação e a independência dos órgãos de soberania, a neutralidade religiosa e a independência dos tribunais, a existência e a autonomia do poder local e a descentralização da administração pública (República de Cabo Verde – Rio + 20, 2012, p.3).

A Assembleia Municipal tem 72 deputados eleitos por sufrágio universal para maiores de 18 anos, e sistema proporcional de representação. As eleições presidenciais e parlamentares de cinco em cinco anos. O supremo tribunal é um órgão de soberania independente, cujos juízes são designados pela assembleia municipal. Os partidos actuais são o partido Africano de Independência de Cabo Verde (PAICV), Movimento para a Democracia (MPD) e União Cabo-verdiana Independente e Democrática (UCID).

Cabo Verde está dividido em duas regiões administrativas: Barlavento com sete concelhos e treze freguesias e sede na cidade de Mindelo; sotavento com catorze concelhos e dezoito freguesias com sede na cidade da Praia (Caixa Geral de Depósitos, 2007). Apenas quatro ilhas têm mais de um concelho: Santo Antão tem três concelhos (Ribeira Grande, Paul e Porto Novo), Santiago tem nove (Praia, São Domingos, Santa Catarina, Santa Cruz, São Miguel, Tarrafal, Ribeira Grande, São Salvador do Mundo e São Lourenço dos Órgãos) e São Nicolau com dois concelhos (São Nicolau e Tarrafal). As restantes ilhas têm um concelho, cada uma com o nome da ilha em que se situam, (Caixa Geral de Depósitos, 2007).

2.3 Caracterização Geográfica, Demográfica do País



Figura 1 - As Ilhas de Cabo Verde

Fonte: Google.

A república de Cabo Verde é constituída por um arquipélago situado no Oceano Atlântico Norte, a 455 km da costa ocidental da África, na direcção do cabo africano do mesmo nome, no Senegal ao largo de Dakar. Faz parte da região da macaronésia.

As suas coordenadas geográficas são as seguintes:

- Latitude entre 14° 48' e 17° 13' de latitude Norte.
- Longitude entre 22° 41' e 25° 22' de longitude Oeste.

O arquipélago é formado por dez ilhas e cinco ilhéus, em dois grupos dispostos em forma de cunha, o de Barlavento e o de sotavento, de acordo com a sua posição relativa, tendo em conta a orientação do vento predominante que é o alísio de Nordeste (Caixa Geral de Depósitos, 2007). Ao grupo de Barlavento pertence as ilhas de Santo Antão (779 km²), a mais ocidental, S. Vicente (227 km²), Santa Luzia (35 km²), S. Nicolau (343 km²), Sal (216 km²) e Boavista (620 km²) e os ilhéus Branco e Raso, ambos desertos entre as ilhas de S. Luzia e S. Nicolau. As ilhas estão dispostas no sentido Nordeste para Sudeste, com excepção da ilha do Sal que fica a Norte da ilha da Boavista. O grupo de sotavento é composto pelas

ilhas de Maio (269 km²), Santiago (991 km²), Fogo (476 km²) e Brava (64 km²) e os ilhéus desertos, Luís Carneiro e Grande, a leste da ilha Brava. A superfície total do país é de 4033 km², mais a zona económica exclusiva, dada a dispersão das ilhas, é superior a 600 mil km² (caixa geral de Depósitos, 2007). O arquipélago não tem recursos naturais, com excepção do vento e do sol. Os seus recursos económicos até a data, depende sobretudo da agricultura, cujas culturas mais importantes são o café, a banana, a cana-de-açúcar, o milho, o feijão, a batata-doce e a mandioca e da riqueza marinha onde sobressai o peixe, os mariscos e o sal (Nascimento, 2008, p.33).

A moeda corrente é o escudo cabo-verdiano. As remessas dos emigrantes, o auxílio externo e a gestão cuidada dos pagamentos ao exterior preservam a estabilidade da moeda cabo-verdiana. Actualmente vigora entre Cabo Verde e Portugal um acordo de cooperação cambial que estipula a convertibilidade fixa entre o Escudo cabo-verdiano face ao Euro.

Cabo verde é um país com estabilidade e paz social, política e económica, gozando de boas relações internacionais, para além de criação de parcerias estratégicas e reconhecimento internacional, facto que lhe conferem crédito junto a particulares, empresas, governos, organizações e instituições financeiras internacionais (Nascimento, 2008, p.34).

Devido a sua localização geográfica, Cabo Verde actuou como um facilitador de comércio desde início da sua história, primeiro centro de comércio de escravos, e no século XX como ponto de embarque. As ilhas eram um importante entreposto de Carvão e ponto de reabastecimento para navios baleeiros e transatlântico. Hoje em dia, Cabo Verde, dispõe de uma economia baseada na prestação de serviços. O sector do turismo desenvolveu-se rapidamente e constitui a principal força motriz por trás do crescimento económico do país. Graças as elevadas taxas de crescimento, a democracia estável e a firme promoção da educação, Cabo Verde superou o país de menos avançado (PMA) em 2007. Em 2008 tornou-se membro da Organização Mundial do Comércio (OMC) (Nações Unidas, 2012, p.3).

Segundo censo de 2010, Cabo Verde conta com uma população de 491 875 habitantes, sendo 50,5% do sexo feminino e 49,5% do sexo masculino. Cerca de 40% dos Cabo-verdianos vivem em zonas rurais e 26,8% vivem em praia, a capital do país, na ilha de Santiago. Homens e mulheres estão uniformemente distribuídos nas áreas urbanas e rurais. Suas características naturais somadas a um mercado interno de pouco porte e um passado de

penúria e fome, contribuíram para um elevado índice de emigração no decorrer de toda a história de Cabo Verde (Nações Unidas. 2012, p.3).

2.4 Principais indicadores de desenvolvimento de Cabo Verde

2.4.1 PIB

Os dados da evolução do PIB corrente do ano 2000 a 2007 e a sua composição a preços de mercado em milhares de contos são as seguintes:

Tabela 3 - PIB corrente, preços em milhares de contos

Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
PIB	64538,6	69380	72758,1	79526,7	82086,5	86185,4	97384,3	107252	115190,9	115614,1	123916,7

Fonte: BCV; CVI (2010).

O produto interno Bruto Cabo-verdiano tem uma tendência crescente dado que aumentou nos últimos anos de 2000 com o resultado de 64 538,6 milhares de contos, no ano de 2005 com um valor de 86185,4 milhares de contos, até o ano de 2010 que obteve um resultado de 123916,7 milhares de contos.

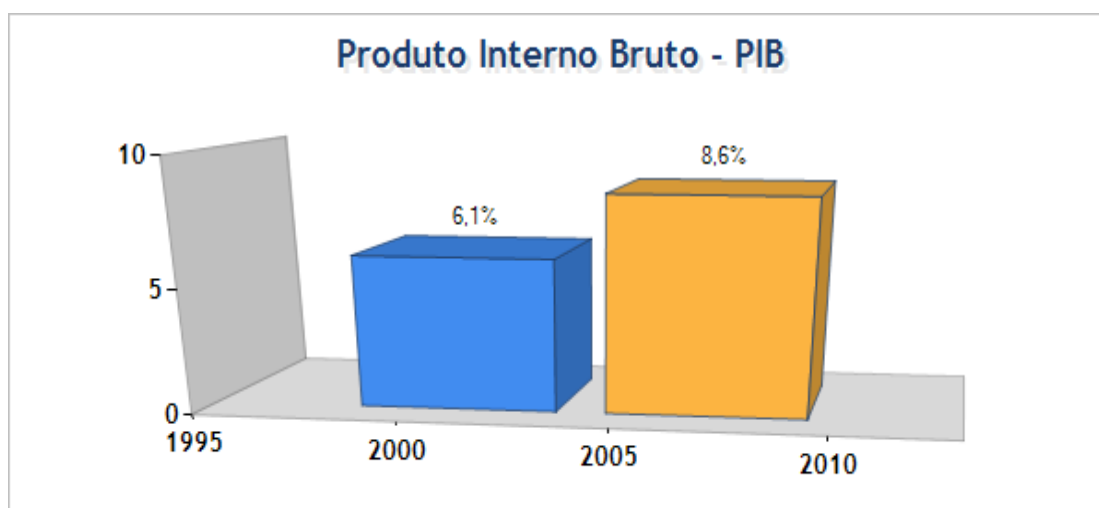


Figura 2: Evolução do PIB

Fonte: INE, 2012.

A evolução do PIB de Cabo verde nos anos de 2000 à 2010. Do ano de 2000 ao ano de 2004 o PIB cresceu de 6,1% e do ano de 2005 à 2010 o PIB evoluiu 8,6%.

2.4.2 PIB Per capita

Tabela 4 - PIB Per capita

Data	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
População	444 921	452 835	460 601	468 164	475 465	483 090	491 419	499 796
PIB per capita US\$	1262,4	1370,2	1765,5	1975,9	2044,7	2292,6	2707,1	3159,1

Fonte: (CVI, 2010).

Esta tabela está a referir os dados do PIB per capita que tem aumentado com o aumento da população Cabo-verdiana. Como por exemplo no ano de 2001 a população é de 444921 e o PIB per capita encontrava-se em 1262,4 e no ano de 2008 a população cabo-verdiana registava um valor de 499796 e o PIB per capita que se encontrava com um crescimento durante os anos, tinha em 2008 um valor de 3159,1.

2.4.3 Inflação

A inflação em Cabo Verde, embora mantendo níveis poucos elevados, registou uma evolução ascendente a partir do segundo trimestre de 2010, tendo fechado o ano em 2,1% em termos médios. O andamento da inflação foi pressionado pelo comportamento dos preços internacionais dos produtos alimentares e da energia, traduzindo principalmente na subida dos preços das classes bens alimentares e bebidas não alcoólicas, combustíveis e de alguns serviços, nomeadamente os transportes (Banco de Portugal, 2011).

A inflação, medida pela variação média anual do índice de preços no consumidor (IPC), situou-se em 2,1% em 2010, 1,1 pontos percentuais acima do valor registado em 2009. Em termos homólogos, o IPC atingiu 3,4% em Dezembro, que compara a deflação de 0,4% observado em igual período do ano anterior (BCV, 2010). As trajectórias crescentes mantêm-se em 2011, para qual contribuíram as actualizações dos preços dos combustíveis e de bens de primeira necessidade, com a inflação média a atingir os 3,5% nos finais de Maio. As previsões efectuadas para o resto do ano antecipam uma evolução com o perfil semelhante ao de 2008, subindo até ao último trimestre do ano, altura em que deverá inverter a tendência (Banco de Portugal, 2011).

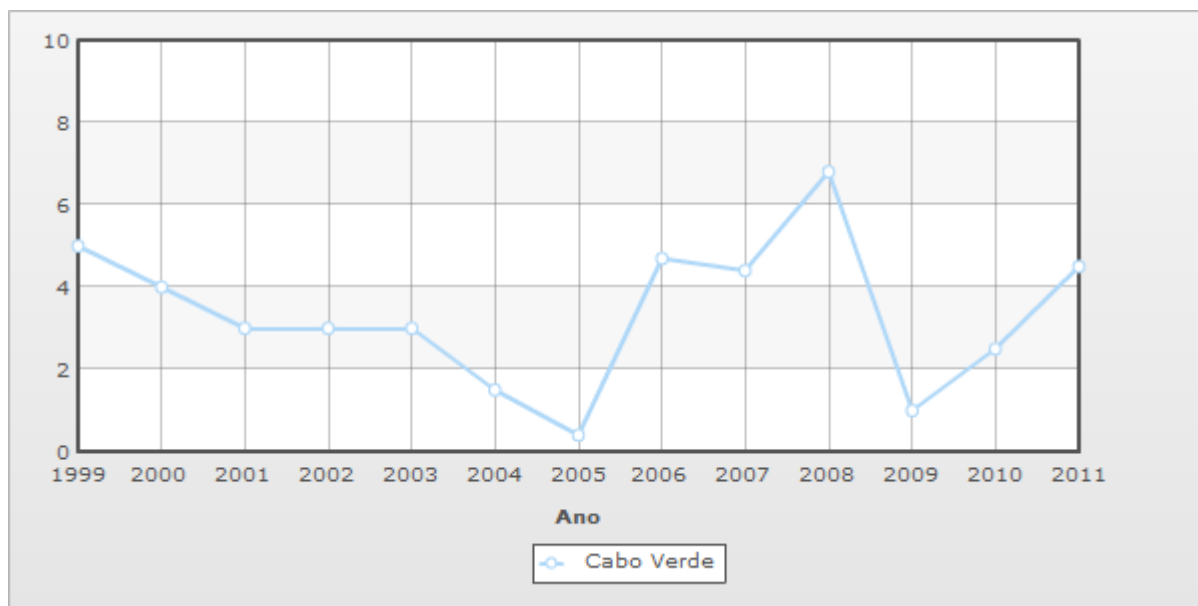


Figura 3: Evolução da taxa de inflação percentual de Cabo Verde de 1999 a 2011.

Fonte: (CIA World Factbook, 2011).

Tabela 5 - Evolução da taxa de inflação percentual de Cabo Verde de 1999 a 2010.

ANO	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Cabo Verde	5	4	3	3	3	1,5	0,4	4,7	4,4	6,8	1	2,5

Fonte: (CIA World Factbook, 2011). Elaboração própria com base nos dados CIA World Factbook.

A taxa de inflação era de 4% em 2000, em 2005 tinha um valor de 0,4%, no ano de 2010 teve um valor de 2,5%, tendo uma oscilação dos valores entre os anos de 2000 à 2010.

2.4.4 Esperança Média de Vida

A esperança média de vida dos Cabo-verdianos nos anos de 2000 a 2010. No ano de 2000 a esperança média de vida dos Cabo-verdianos era de 68,91 anos, no ano de 2007 foi de 71,02 anos e no ano de 2010 foi de 70,41 anos.

Tabela 6 – Esperança Média de vida em Cabo verde nos anos de 2000 à 2010.

ANO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
EMV	68,91	69,21	69,52	69,83	70,14	70,45	70,73	71,02	71,33	71,61	70,41

Fonte: Index mundi.

2.4.5 Taxa de Mortalidade Infantil

A taxa de mortalidade infantil tem diminuindo ao longo dos anos com os dados seguintes:

No ano de 2000 os valores eram de 54,58% e nos anos de 2005 era de 47,77% e nos anos de 2010 foi de 27,89%.

Tabela 7 – Taxa de Mortalidade Infantil em Cabo Verde 2000 – 2010.

ANO	2000	2001	2001	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
TMI	54,58	53,22	51,86	50,5	49,14	47,77	46,52	45,27	42,55	41,35	27,89

Fonte: Index mundi

2.4.6 Taxa de Desemprego

O quadro abaixo mostra a evolução da taxa de Desemprego em percentagem do ano de 2000 a 2010. A evolução da taxa de desemprego dos homens e das mulheres ao longo dos anos de 2000 a 2010, e a sua percentagem tanto no meio urbano como no rural. Sendo assim, a taxa de desemprego de 2000 é de 8,6%, 2002 de 12,9%, 2005 de 21,4% e 2010 de 10,7%.

Tabela 8 - Evolução da Taxa de Desemprego em %, 2000 a 2010.

Sexo e meio	2000	2001*	2002	2003*	2004*	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Homens	6,7		12,6			20,9	10,8	14,6	11,4	12,8	9,6
Mulheres	10,9		13,2			22,0	16,6	16,0	14,8	13,2	12,1
Meio urbano	11,1		13,6			25,2	13,2	15,9	17,3	15,4	11,8
Meio rural	5,4		11,9			16,6	13,8	14,1	8,9	9,2	8,4
Total	8,6		12,9			21,4	13,4	15,2	13,0	13,0	10,7

Fonte: INE- RGPH 2000; IDRF 2001/2002; Inquérito ao Emprego 2005; QUIBB 2006; QUIBB 2007; Inquérito ao Emprego 2008; Inquérito ao Emprego 2009; RGPH 2010

OBS: * sem informação (operação de recolha).

2.4.7 Taxa de alfabetização

Tabela 9- Taxa de alfabetização em Cabo verde ano de 2000 à 2010.

Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Taxa de alfabetização	75	78	75,7	76,6	78	79,7	78,3	80	81,7	81,5	82,8

Fonte: BCV; INE; Index Mundi (2012).

A taxa de alfabetização em Cabo Verde tem aumentado ao longo dos anos. No ano de 2000 a taxa de alfabetização era de 75%, 79,% corresponde ao ano de 2005 e 82,8% ao ano de 2010.

2.5 Investimento Directo Estrangeiro em Cabo Verde

2.5.1 Surgimento do investimento directo estrangeiro em Cabo Verde.

Desde de 1991 que o governo adoptou um conjunto de medidas para dar apoio a iniciativa privada. O Estado retira-se alienando parte ou a totalidade da sua participação no capital social de Empresas públicas a interesses privados nacionais ou estrangeiros. O sector privado do Estado compreendia, em 1991, 33 unidades das quais 24 eram empresas públicas e 9 empresas mistas, distribuídas por várias áreas, nomeadamente administração de portos, aeroportos, transporte terrestre, aéreo e marítimo, indústria e construção civil, correios e telecomunicações, agricultura, pesca e turismo.

A privatização, isto é, o alargamento do papel do sector privado na economia passa a ser, uma orientação do III PND. É prevista a privatização gradual d0''a economia por diversas vias: a injeção de investimento estrangeira; a desestatização da economia pela redução do campo do sector público, através da venda ou liquidação de empresas públicas; a desregulamentação. (Reis. 2000, p. 123).

A intervenção dos investidores estrangeiros no processo de privatizações é prevista em particular, em empresas em que o factor Know-how possa ser determinante para o desenvolvimento das suas actividades sendo favoravelmente considerada a associação com investidores nacionais.

Entre 1993 e 1996 foram liquidadas ou desactivadas seis empresas das áreas de construção civil, reparação naval, transportes marítimos, pescas e confecções representando cerca 3,3% de facturação e 8,3% dos efectivos em 1991. Foram vendidas onze empresas e parte sociais, nas áreas de agricultura, avicultura, indústria metalomecânica, tintas, agenciamento, telecomunicações, transporte marítimos, comércio de medicamentos, processamento de

pescado, das quais quatro parcialmente. As empresas abrangidas representavam 16,1% da facturação do SEE e 22,3% dos efectivos.

Este processo de transferência gradual de empresas privadas das responsabilidades económicas que até aqui estavam concentradas no Estado, tem sido acompanhado por uma das contingências do comércio importador (liberalização), o que reflecte na formação de preços. Este resulta em grande parte, no funcionamento do mercado (com excepção de alguns produtos alimentares e água). (Reis. 2000, p.124)

2.5.2 Determinantes do investimento directo estrangeiro em Cabo Verde

Os mercados externos, de uma forma generalizada, tem vindo, cada vez mais e progressivamente, a competir uns com os outros na criação de melhores condições para a captação dos fluxos de IDE (ICEP, 2006). Grandes mercados, menores custos de inputs, infra-estrutura superior são vantagens de localização ao nível de país de destino que podem influenciar a opinião dos investidores directos estrangeiros. Mas outras características das economias receptoras do IDE podem ser equacionadas, em função das principais orientações estratégicas das empresas investidores, além do quadro das políticas nacionais que exercem influência (directa ou indirecta) no IDE e respectiva localização e das medidas de facilitação dos negócios implementados pelos respectivos governos.

2.5.3 Os principais determinantes do Investimento Directo Estrangeiro Português em Cabo Verde.

1º Estabilidades políticas; 2º afinidades históricas e proximidade cultural e linguística; 3º capacidade disponível; 4º procura de novos mercados; 5º segurança do sistema jurídico regulador do IDE em Cabo Verde; 6º conhecimento do mercado; 7º estabilidade política cambial; 8º acordos com Portugal de promoção e protecção recíproca dos investimentos; 9º dimensão e crescimento mercado local; 10º possibilidade de exploração de vantagens específicas das empresas (Morreira & Perreira. 2007, p. 19).

2.6 Que papel desempenha e tem desempenhado o Investimento Directo Externo no Desenvolvimento de Cabo Verde.

O Investimento directo estrangeiro (IDE) é actualmente uma das faces mais visíveis do processo de globalização. Após décadas de cepticismo, «existe hoje uma crença generalizada de que as empresas multinacionais podem ser um elemento importante na estratégia de desenvolvimento do país». (Rodrigues. 1996, p. 852). Esta visão tem suscitado uma crescente competição para a atracção do IDE, frequentemente consubstanciada num tratamento preferencial concedido a empresa multinacional e na eliminação de diversas barreiras a entrada do IDE (Crespo & Fontora. 2006, p. 3).

Os efeitos do IDE sobre as economias receptoras são usualmente, diferenciados entre os efeitos directos e indirectos. Os primeiros (efeitos directos) reportam-se, por exemplo a formação de capital, a criação de emprego, aumento das receitas fiscais ou à alteração da estrutura produtiva e exportadoras dos países receptoras. Porém a razão principal pela qual os países recebem o IDE, provavelmente, na expectativa de acederem a tecnologia – entendida no sentido lato que contempla não apenas as técnicas de produção e de distribuição como também as técnicas de gestão e marketing – mais moderna. As limitações financeiras do mercado doméstico de Cabo Verde, assim como a necessidade de atrair «Know-how» (informações privilegiadas de produção) e tecnologia, impõem a necessidade de participação do país. Neste aspecto a lei-quadro de privatização estabelece apenas a obrigatoriedade de que o percentual de participação estrangeira terá que ser previamente autorizado no correspondente Decreto-lei de privatização, o que equivale dizer que cada caso será tratado de forma própria. Em geral, podem ser admitidas três premissas para justificar e estimular o investimento ou a participação estrangeira nestes processos, a seguir detalhadas (Crespo & Fontora. 2006, p. 3).

O primeiro grupo refere-se a empresas com necessidade de investimentos relativamente elevadas, nas quais os aspectos tecnológicos, produtivos e de mercado são importantes para o seu sucesso, circunstâncias nas quais os requisitos de acesso ao capital, a tecnologia e a parceiros comerciais externos são indispensáveis. No segundo (efeitos indirectos) grupo enquadram-se as empresas que necessitam de melhorias significativas de eficiência operacional e administrativa, com a incorporação de métodos e conhecimentos de gestão

difficilmente disponíveis no país e que operam em sectores importantes ou monopolísticos da cadeia produtiva do país. Finalmente há o terceiro grupo (efeitos indirectos) de empresas com potencial de crescimento de mercado que necessitam de um sócio externo para viabilizar tal expansão. Caso em que contratos de «Joint-Venture» com investidores externos e internos podem ser mais adequados (Crespo & Fontora. 2006, p. 4).

2.7 – Sectores prioritários de IDE em Cabo Verde

Cabo Verde é um país importador, sendo correspondente a 80%, e o restante correspondente a exportação. Cabo verde tem vindo a criar incentivos para a angariação de investidores externos (Caixa Geral de Depósitos, 2007).

O destino do investimento directo estrangeiro tem uma maior ascendência no sector do turismo e a maior parte destes investimentos provêm de países como: o primeiro do ranking encontra-se a Espanha, seguido da Itália, encontrando-se a Inglaterra em terceira posição e só depois Portugal.

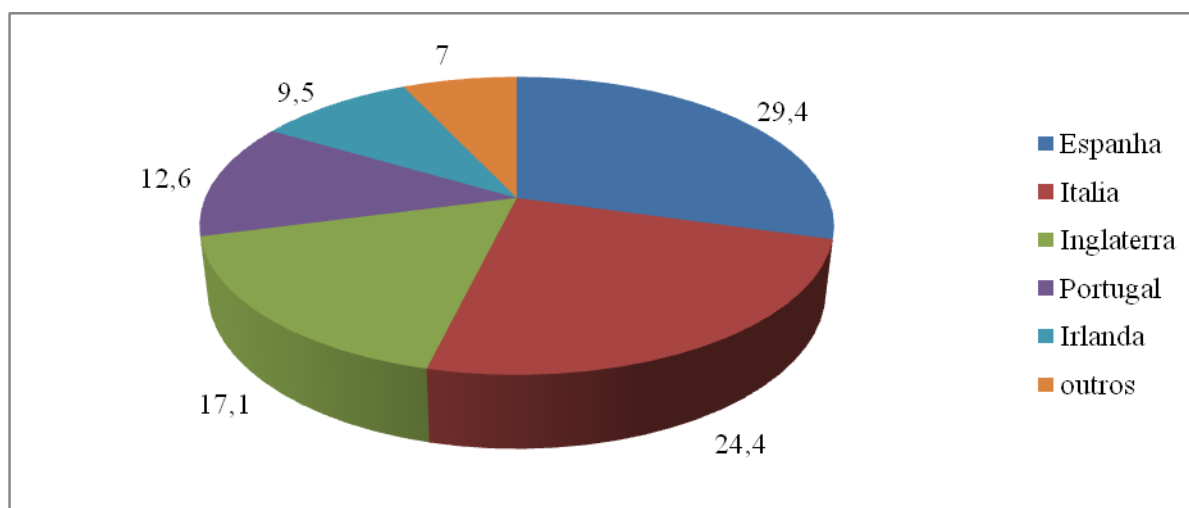


Figura 4: IDE acumulados por origem de capital 2006 – 2008 (percentagens)

Fonte: (BES, 2010).

O turismo é o sector que mais tem desenvolvido em CV e com um maior crescimento sendo que passou de 4% em 1998, para 22% em 2010. O turismo tem aumentado consideravelmente nos últimos anos passando de 24 mil em 1990, para 330 mil em 2009. A distribuição da

procura turística pelas ilhas de CV, é muito diferenciada com maior procura nas ilhas do Sal, da Boavista, no valor de 70% que reúnem a maior parte dos hóspedes, provenientes em grande parte do Reino Unido correspondente a 30%. A ilha de Santiago com 16,3% e São Vicente com 7,1% e há ilhas de actividades turísticas residual tais como Brava, S. Nicolau, Maio. Tendo esta evolução do número de hóspedes no país (Banco Espírito Santo, p.15).

Tabela 10 - Evolução da taxa de crescimento (%) de oferta e procura turística de 2000 a 2011.

Taxa de Crescimento (%)	Ano											
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Estabelecimento	11,4	0,0	5,7	12,9	2,9	22,2	7,6	5,6	5,3	9,5	2,9	9,6
Número de Quartos	31,0	4,1	13,3	11,6	0,1	39,9	9,8	11,0	15,0	3,2	-7,5	34,1
Número de Camas	41,4	3,4	5	10,8	1,6	42,6	6,6	10,6	16,9	2,6	-2,8	23,5
Capacidade de Alojamento	35,2	4,0	11,2	10,2	1,0	53,2	1,0	10,5	18,7	2,8	-1,7	22,8
Pessoal de Serviço	18,2	10,9	-0,1	11,6	-5,1	47,8	2,8	4,9	18,3	1,0	-1,5	27,6
Entradas	-	11,7	-6,2	17,3	3,6	26,4	20,1	11,5	6,5	-0,9	15,6	24,5
Dormidas	-	17,7	13,9	30,2	-4,2	8,1	46,2	4,7	27,5	10,6	15,9	20,7
Estadias dos Hóspedes	-	5,3	-8,0	11,5	-3,3	14,8	18,6	4,3	5,2	5,9	5,7	0,0

Resultado nulo.

Fonte: INE, 2011

2.7.1 Turismo

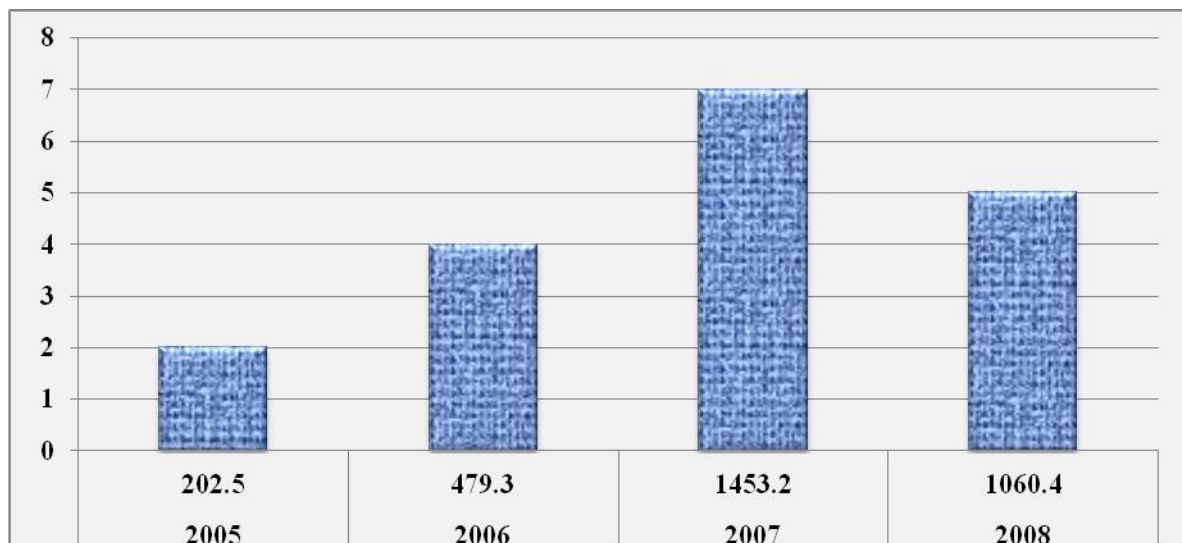


Figura 5: IDE aprovados no sector do turismo 2005 – 2008 (USD Milhões)

Fonte: (Cabo Verde, 2010).

Os principais países emissores de procura turística em 2011 são: Cabo verde, Itália, Portugal, Alemanha, Espanha, França, África do sul, entre outros países, sendo que ao Cabo Verde corresponde a 4,4%, à Itália corresponde a 14,1%, à Portugal corresponde a 11,9%, à Alemanha tem o correspondente a 15,1%, Espanha tem o correspondente à 2,2%, França 10,4%, África do sul 0,5%, outros países 41,6%. Correspondendo na totalidade 100%, relativamente as dormidas efetuadas (INE, 2012).

O sector do turismo vem assumindo uma importância crescente nas actividades económicas de Cabo Verde e tem constituído nos últimos anos, o verdadeiro motor de desenvolvimento do país, quer em termos da sua constituição para as receitas correntes da balança de pagamentos e para a diminuição do desemprego, quer pelos capitais estrangeiros que atrai, como ainda pelo impulso que vem dando a diversos outros sectores de actividade (construção, comércio, serviços, transporte e comunicações entre outros). O contributo do sector do turismo para o PIB não ultrapassava os 7,5% em 2000 mas actualmente situa-se em cerca de 21%, tendo registado um crescimento médio anual de 17%, (Cabo Verde - ficha de mercado, 2011, p. 10).

2.7.2 Indústria

A indústria é também um sector que se tem desenvolvido muito em Cabo Verde, com entrada de 49 empresas estrangeiras do ano de 2000 à 2011 com excepção dos anos 2009 e 2010, que não se registou entradas.

Tabela 11- Entradas de IDE para o sector das indústrias em Cabo Verde

	Entradas de IDE para o sector das indústrias em Cabo Verde										
Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2011	Total
Entradas	7	4	8	6	9	6	3	4	2	1	49

Fonte: CVI, 2011.

Este quadro demonstra o resultado da entrada de investimento directo estrangeiro em Cabo Verde relativamente ao sector das indústrias no ano de 2000 à 2011. Tendo no ano de 2000 uma entrada de 7 empresas provenientes de IDE, tendo a exclusão dos anos de 2009 e 2010 em que não houve nenhuma entrada e no ano de 2011 uma entrada já mais reduzidas traduzidas numa entrada de apenas 1 empresa provenientes de IDE

Os sectores prioritários de investimento directo estrangeiro em Cabo Verde são as seguintes:

- Turismo;
- Sectores imobiliários;
- Indústria transformadora.
- Serviços Turísticos e outros.

(Cabo Verde investimentos, 2011).

CAPÍTULO III - METODOLOGIA

3.1 Objecto de estudo

O tema sob o qual se desencadeará a investigação é o Investimento Directo Estrangeiro. Este tema foi escolhido porque com a globalização dos mercados, houve um influxo do Investimento Directo Estrangeiro (IDE) pelo mundo, estando Cabo Verde pertencente a esta rota de investimento realizados.

Com isso pretende-se confrontar os Investimentos Directos Estrangeiros realizados com o desenvolvimento do país, ou seja, quanto o país desenvolveu com a entrada destes investimentos, (analisados através de indicadores de desenvolvimentos). Os determinantes do IDE em Cabo Verde, o que o nosso país tem de atractivo para oferecer a estes investidores e quais os sectores que mais tem-se desenvolvido.

3.2 Método de estudo

O método utilizado é o estudo de caso, que se debruça no estudo de uma determinada população, neste caso dos investimentos realizados provenientes do exterior. Este método é uma modalidade de investigação apropriada para estudos exploratórios e compreensivos que tem, sobretudo, como objetivo a descrição de uma situação, a explicação de resultados a partir de uma teoria, a identificação de uma relação entre causas e efeitos ou a validação de teorias (Serrano, 2004).

A pesquisa incidiu sobre a análise descritiva, exploratória e correlacional. A primeira descreve as características do problema e/ou população em estudo e usa uma abordagem qualitativa para descrever o problema com base numa revisão bibliográfica (Barañamo, 2004). A análise exploratória desenvolve uma visão global sobre o problema em estudo e nessa análise ainda se desenvolve uma abordagem comparativa tanto ao nível qualitativo (análise da interacção entre as variáveis) como quantitativo (uso de instrumentos estatísticos no tratamento de dados) dos resultados obtidos.

3.3 Recolha de dados

A recolha dos dados é feita através da observação de lugares e da análise documental. A análise de documentos é feita através da realização de resumos dos textos e da citação dos autores tendo como objectivo a construção teórica.

Também por ter um representante em Cabo Verde que tem uma base de dados sobre os investimentos directos estrangeiros que é a Cabo Verde Investimentos (CVI) e também dados pertinentes a este estudo fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) foi possível aplicar o estudo sobre uma amostra representativa atendendo ao período de 2000 à 2011.

3.4 Técnicas de análise de dados

A descrição das características do problema nessa análise será feita com base na utilização da análise de frequência (frequência relativa) e de técnicas de estatísticas descritivas (Maroco e Bispo, 2003), nomeadamente, medidas de dispersão (máximo, mínimo, média e desvio padrão) e cruzamento de dados – *crosstabs*.

3.5 Tratamento dos dados

Uma vez recolhidos, os dados são tratados para posterior análise. Seguidamente, serão interpretados os resultados desta análise de forma a poder retirar as conclusões pertinentes do estudo.

Os dados recolhidos são organizados para efeito de melhor tratamento estatístico. Portanto, são classificados os dados e definidos as variáveis. Essas variáveis foram codificadas e operacionalizadas de forma a serem introduzidos no programa estatístico para fim de lançamento dos dados e posterior análise. Posteriormente estes dados são apresentados em tabelas e figuras. O programa estatístico utilizado para tratamento e análise dos dados recolhidos é o *Statistical Package for the Social Sciences*, versão 15.0 *for Windows* (SPSS, inc., 2007). Trata-se de um software que integra diversas funcionalidades e, para além da análise, também faz a validação e permite realizar cálculos e visualizar gráficos (Pestana e Gageiro, 2008).

3.6 Limitações e constrangimentos

Para uma maior recolha de dados tanto teórico (qualitativos), como os dados práticos (quantitativos), teve-se de se deslocar a determinadas bibliotecas onde tinha pouca documentação relativamente ao Investimento Directo Externo.

Também como o período em que se abrange o estudo é de 2000 à 2010, teve-se a dificuldade em encontrar dados respetivamente a todos os anos pertencentes a este intervalo (2000 à 2010).

CAPÍTULO IV – RESULTADOS DA PESQUISA

4.1 IDE e o desenvolvimento de Cabo Verde

De acordo com a Tabela 12, a análise da estatística descritiva revela que a proporção do IDE em percentagem do PIB de Cabo Verde tem uma média de aproximadamente 39,93% ao ano, ao longo do período em análise (2000 a 2010), chegando mesmo a atingir os 50,9% em 2007 (período antes da crise imobiliária e da crise financeira por que atravessa o mundo). Por essa razão, pode-se facilmente confirmar essa tendência decrescente do IDE em Cabo Verde a partir de 2007.

Graças a ascendência do IDE, o país tem crescido a bom ritmo (a uma média de 5,8% de 2000 a 2010), chegando mesmo a alcançar os dois dígitos em 2005 (10,1%). Uma boa marca que poucos países podem alcançar e um sinal de grande exemplo de crescimento em África.

É certo de que a média da taxa de desemprego verificada nesse período é alta (17,35%), devido ao crescimento da população activa. Contudo, as reformas cíclicas no país levou com que a alta taxa de crescimento da economia se traduzisse em riqueza real para a população, tendo o PIB per capita passado de 1.262,40 em 2000 para 3.859,00 dólares americanos em 2010.

A elevação do Índice de desenvolvimento humano do país fez com que se alavancasse sobretudo os sectores da saúde e da educação com reflexos na qualidade de vida da população, aqui comprovados pelas taxas de Mortalidade Infantil, Taxa de Alfabetização e Esperança Média de Vida.

Tabela 12 – Estatística Descritiva

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
% IDE no PIB	11	26,70	50,90	39,9273	8,87605
PIB corrente (milhares de contos)	11	64538,6 0	123916, 70	92166,6 636	20734,3720 0
Taxa crescimento do PIB	11	1,80	10,10	5,8636	2,16761
IDE (milhares de contos)	11	17231,8 1	59851,7 7	38372,1 586	16142,2629 6
Taxa de desemprego	11	10,70	24,40	17,3545	3,96519
População	11	401343	508659	424604, 00	29260,348
Taxa crescimento da população	11	0,56	1,46	0,8009	0,25809
PIB per Capita (em USD)	10	1262,40	3859,00	2418,65 00	924,54744
Índice de Desenvolvimento Humano	11	0,175	0,727	0,55873	0,145031
Taxa de Inflação	11	-2,40	6,80	2,0636	2,87203
Esperança Média de Vida (anos)	11	68,91	71,61	70,2873	0,86534
Taxa de Mortalidade Infantil	11	27,89	54,58	46,4227	7,44084
Taxa de Alfabetização	11	75,00	82,80	78,8455	2,53668
Valid N (listwise)	10				

Usando o método da estatística descritiva pode-se ver que a percentagem (%) de IDE no PIB teve um mínimo no ano de 2000 com um valor de 26,70 e um máximo no ano de 2007 com um valor percentual de 50,90. A média é de 39,9273% e o desvio padrão é de 8,87605%.

O PIB corrente (em milhares de contos) teve um mínimo no ano de 2000 com um valor de 64538,60 e um máximo no ano de 2010 com um valor de 123916,70.

A taxa de crescimento do PIB teve um mínimo no ano de 2009 com um valor de 1,80 e um máximo no ano de 2005 com um valor de 10,10%. A média deste resultado é de 5,8636% e o desvio padrão é de 2,16761%.

O IDE (em milhares de contos), teve um mínimo no ano de 2000 com um valor de 17231,8 e um máximo no ano de 2010 com um valor de 59851,7. A média é de 38372,1586.

A taxa de desemprego teve um mínimo no ano de 2010 com um percentual de 10,70 e um máximo no ano de 2005 com um percentual de 24,40. A média é de 17,3545 e o desvio padrão é de 3,96529.

O Índice de Desenvolvimento Humano teve um mínimo no ano de 2002 com um valor de 0,175 e um máximo no ano de 2003 com um valor de 0,727. A média é de 0,55873 e o desvio padrão é de 0,145031.

Taxa de inflação foi negativo no ano de 2000 com um percentual de -2,40 e um máximo no valor de 6,8% no ano de 2007. A média é de 2,0636% e o desvio padrão é de 2,87203%.

A esperança média de vida (anos), teve um valor mínimo no ano de 2000 com um valor de 68,91 e um máximo no ano de 71,61 no ano de 2009. A média dos anos é de 70,2873 e o desvio padrão é de 0,86534.

A taxa de mortalidade infantil teve um percentual mínimo no ano de 2010 com um valor de 27,89% e um valor máximo no ano de 2000 com 54,58%. A média é de 46,4227% e o desvio padrão é de 7,44084%.

A taxa de alfabetização regista-se um valor mínimo no ano de 2000 no valor de 75% e um valor máximo no ano de 2010 com um valor de 82,8%.

Conforme a Figura abaixo, a participação do IDE no PIB do país era crescente desde 2000 e teve uma grande queda entre 2007 e 2008 pelos motivos já antes ressaltados.

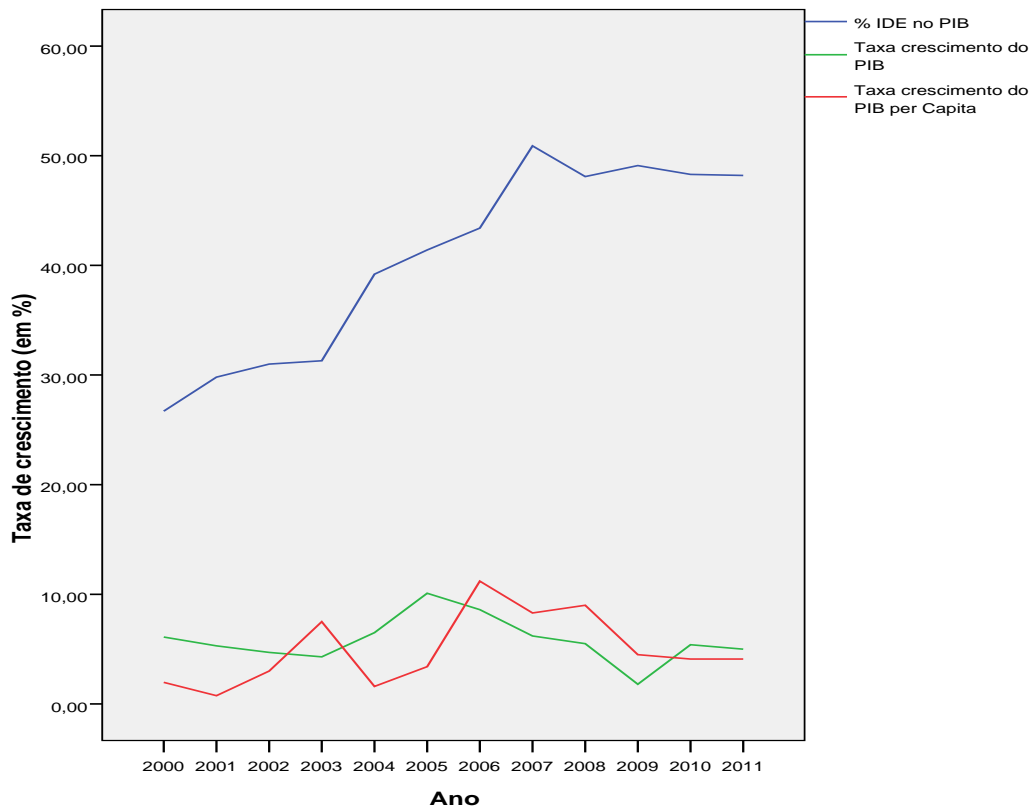


Figura 6 – Evolução da % do IDE no PIB e Taxa de crescimento do PIB

Contudo, essa evolução positiva do IDE relativamente ao PIB nesse período de 2000 a 2007 não foi acompanhada pela taxa de crescimento do próprio PIB do país, apesar de existir uma forte relação entre as duas variáveis (0,984), conforme a Tabela 13. Cabo Verde sendo um país fortemente dependente do exterior, o crescimento do PIB, de uma certa forma, se explica pelo aumento da participação do IDE no PIB. Essa correlação sempre foi e continuará a ter o seu significado no desenvolvimento económico e social do país.

Tabela 13 – Correlação % IDE no PIB e Taxa crescimento do PIB

		% IDE no PIB	Taxa crescimento do PIB
% IDE no PIB	Pearson Correlation	1	0,007
	Sig. (2-tailed)		0,984
	N	11	11
Taxa crescimento do PIB	Pearson Correlation	0,007	1
	Sig. (2-tailed)	0,984	
	N	11	11

A correlação entre Taxa crescimento do PIB e Índice de Desenvolvimento Humano é positiva e apresenta valores bem próximos de 1 (0,918). Isto demonstra que o patamar que o país alcançou a nível do Índice de Desenvolvimento Humano deve-se, em certo modo, ao seu bom desempenho económico ao longo desses anos em análise.

Tabela 14 - Correlação Taxa crescimento do PIB e Índice de Desenvolvimento Humano

		Taxa crescimento do PIB	Indice de Desenvolvimento Humano
Taxa crescimento do PIB	Pearson Correlation	1	0,035
	Sig. (2-tailed)		0,918
	N	11	11
Indice de Desenvolvimento	Pearson Correlation	0,035	1

Humano	Sig. (2-tailed)	0,918	
	N	11	11

Pode se afirmar pela Tabela 15 que o índice de desenvolvimento humano de Cabo Verde é explicado pelos indicadores como a Esperança Média de Vida, a Taxa de Mortalidade Infantil e a Taxa de Alfabetização, com as quais possui fortes correlações.

A correlação entre a taxa de crescimento do PIB com a taxa de crescimento do PIB é 1 e a correlação entre a taxa de crescimento do PIB com o IDH é de 0,035 e uma significância de 0,918.

Tabela 15 - Correlação do Índice de Desenvolvimento Humano com as variáveis

		Índice de Desenvolvimento Humano
Taxa crescimento da população	Pearson	
	Correlation	-0,055
	Sig. (2-tailed)	0,872
	N	11
PIB per Capita (em USD)	Pearson	
	Correlation	0,107
	Sig. (2-tailed)	0,769
	N	10
Esperança Média de Vida (anos)	Pearson	
	Correlation	0,115
	Sig. (2-tailed)	0,736
	N	11
Taxa de Mortalidade Infantil	Pearson	
	Correlation	-0,074
	Sig. (2-tailed)	0,830

	N	11
Taxa de Alfabetização	Pearson	0,217
	Correlation	
	Sig. (2-tailed)	0,522
	N	11
IDE (milhares de contos)	Pearson	0,094
	Correlation	
	Sig. (2-tailed)	0,783
	N	11

À significância de 5%, a percentagem do IDE no PIB demonstra não possuir relação com as variáveis Esperança Média de Vida, Mortalidade Infantil ou Taxa de Alfabetização. O facto é que todas essas variáveis apresentaram melhorias significativas ao longo dos anos em análise com a evolução da percentagem do IDE no PIB, o que demonstra de que houve desenvolvimento das pessoas, da qualidade de vida e consequentemente da sociedade.

A correlação de índice de desenvolvimento humano com as variáveis:

A correlação entre o IDH com a taxa de crescimento da população é de -0,055 e uma significância de 0,872.

A correlação entre o IDH com o PIB per capita é 0,107 e uma significância de 0,769.

A correlação entre o IDH com a Esperança Média de Vida é de 0,115 e uma significância de 0,736.

A correlação do IDH com a taxa de mortalidade infantil é de -0,074 e uma significância de 0,830.

A correlação entre o IDH com a taxa de alfabetização é de 0,217 e uma significância de 0,522.

A correlação entre o IDH com o Investimento directo externo (milhares de contos) é de 0,094 e uma significância de 0,783.

Tabela 16 - Correlação % IDE no PIB e IDE relativamente as outras variáveis

		% IDE no PIB	IDE (milhares de contos)
Taxa crescimento do PIB	Pearson	0,007	-0,131
	Correlation		
	Sig. (2-tailed)	0,984	0,702
	N	11	11
Taxa de desemprego	Pearson	-0,475	-0,583
	Correlation		
	Sig. (2-tailed)	0,140	0,060
	N	11	11
População	Pearson	0,576	0,685(*)
	Correlation		
	Sig. (2-tailed)	0,064	0,020
	N	11	11
Taxa crescimento da população	Pearson	-0,220	-0,076
	Correlation		
	Sig. (2-tailed)	0,515	0,825
	N	11	11
PIB per Capita (em USD)	Pearson	0,880(**)	0,955(**)
	Correlation		
	Sig. (2-tailed)	0,001	0,000
	N	10	10
Índice de Desenvolvimento Humano	Pearson		
	Correlation	0,111	0,094
	Sig. (2-tailed)	0,745	0,783

	N	11	11
Taxa de Inflação	Pearson		
	Correlation	0,468	0,481
	Sig. (2-tailed)	0,146	0,134
	N	11	11
Esperança Média de Vida (anos)	Pearson		
	Correlation	0,931(**)	0,897(**)
	Sig. (2-tailed)	0,000	0,000
	N	11	11
Taxa de Mortalidade Infantil	Pearson		
	Correlation	-0,766(**)	-0,857(**)
	Sig. (2-tailed)	0,006	0,001
	N	11	11
Taxa de Alfabetização	Pearson		
	Correlation	0,890(**)	0,924(**)
	Sig. (2-tailed)	0,000	0,000
	N	11	11

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O estudo e análise do investimento directo estrangeiro em Cabo Verde permitiu ter o conhecimento sobre a sua importância para o desenvolvimento do país e, como a sua entrada é benéfica a Cabo Verde, contribuindo para o seu desenvolvimento tanto no âmbito económico como social. O IDE teve uma tendência ascendente em Cabo Verde onde encontrou um mercado promissor e aberto ao seu desenvolvimento em vários ramos e sectores, principalmente da indústria, turismo e imobiliária.

Promove o desenvolvimento tecnológico, faz com que haja uma maior infraestruturação do país e a existência de uma legislação capaz de assegurar uma boa realização das suas actividades económicas e por ser investimentos provenientes sobretudo de empresas multinacional favorece a globalização do país através do conhecimento dos produtos e culturas diferentes.

Após a análise dos dados e uma discussão sobre o tema proposto, a pergunta de partida “Qual é o papel do Investimento Directo Externo no desenvolvimento de Cabo Verde?” teve-se a seguinte resposta: o Investimento Directo Externo promove o desenvolvimento de Cabo Verde por ter uma forte relação (uma relação positiva) com o índice de desenvolvimento humano e mostra que o patamar que o país alcançou relativamente ao índice de desenvolvimento humano deve ao IDE. Relativamente a outras variáveis, a taxa de alfabetização, a esperança média de vida e a taxa de mortalidade infantil não mostra ter muita relação com o IDE, mas pode-se ver a existência de uma melhoria significativa. Sendo assim pode-se dizer que o investimento directo externo é importante para o desenvolvimento de Cabo Verde.

A título de recomendações, do trabalho desenvolvido achamos pertinentes sugerir o seguinte:

1. No decorrer do desenvolvimento do trabalho deparou-se com um fraco investimento no sector primário (agricultura, pecuária, pesca), sobretudo no sector das pescas, que é um forte sector a explorar, mas há um fraco investimento.

2. O trabalho foi desenvolvido no âmbito do investimento directo externo. Sugiro um estudo alargado do investimento efectuados pelos nacionais, o desenvolvimento, evolução, as garantias e a aceitabilidade dos projectos de investimento dos Cabo-verdianos em relações aos investimentos do exterior.
3. O estudo de como as empresas, tantos nacionais como estrangeiras contribuem com a responsabilidade social e como os colaboradores consideram ser a gestão de uma empresa estrangeira e de uma empresa nacional.
4. O investimento directo externo em Cabo Verde antes e depois de 1990, e como o governo tem contribuído para a angariação destes investimentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Amal, Moahmed; Seabra, Fernando. (2007). Determinante do Investimento directo externo (IDE) na América latina: Uma perspectiva institucional. Santa Catarina.
- Banco de Portugal. (2005/2006). Evolução das economias do PALOP e de Timor-Leste.
- Barañamo, Ana M. (2004). Métodos e técnicas de investigação em gestão: manual de apoio à realização de trabalhos de investigação. Lisboa: Edições Sílabo
- Cabo Verde, 2012.
- Cabo Verde investimentos. (2009). Guia_do_investidor_pt. CI-ACI /
- Cabo Verde. (2011). Ficha de Mercado. Aicep Portugal.
- Caixa Geral de depósitos. (2007). Cabo Verde, Dez ilhas, um país, cinco continentes. 1ª Edição. Lisboa: C.G.D. SA-SGE-Mediateca,
- Campos, Carla. (2010). Determinantes do IDE: uma aplicação a indústria Cerâmica Portuguesa. Aveiro: Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial.
- Crespo, Nuno; Fontoura, Maria Paula. (2006). 30 Ano de investigação sobre externalidades do IDE para as empresas domésticas. Que conclusões? Lisboa, Portugal.
- Ferreira, Eduardo Sarmiento. (1998). Reflexões sobre o modelo de desenvolvimento de Cabo Verde. Lisboa: CEsA.
- Guimarães, Rui C.; Cabral, José A. S. (1997). Estatística. Edição Revista. Lisboa: McGraw-Hill.
- Lima, Telma; Mito, Regina. (2007). Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico. Florianópolis – Santa Catarina.
- Laplane, Mariano & Sarti, Fernand.(1999). Investimento Directo Estrangeiro e o impacto na Balança Comercial. Edição: BNDES, Brasília.
- Maroco, João; Bispo, Regina. (2003). Estatística aplicada às ciências sociais e humanas. Lisboa: Climepsi Editores.
- Morreira, Sandrina; Perreira, Raquel. (2007). Investimento Directo Português nos PALOP. Lisboa
- Magno, Roberto Iglesias & Costa, Katarina. (2011). O investimento directo brasileiro na África.

- Nações Unidas. (2012). Quem beneficia com a liberalização do comércio em Cabo Verde? Uma perspectiva de género. Publicações das Nações Unidas, UNCTAD/OSG/2011/2.
- Nascimento, Lidiane. (2008). Investimento Directo Estrangeiro em Cabo Verde.
- Pestana, Maria H; Gageiro, João N. (2008). Análise de dados para ciências sociais – A complementaridade do SPSS. 5ª Ed. Revista e corrigida. Lisboa: Edições Sílabo.
- República de Cabo Verde. (2012). Cabo Verde no contexto do desenvolvimento sustentável.
- Reis, Victor Vais. (2000). Principais Estratégias em Confronto na República de Cabo Verde após a Independência. Lisboa
- Tolentino, et al. (2008). A importância e o impacto das remessas dos emigrantes em Portugal no desenvolvimento de Cabo Verde. Lisboa: edição alto-comissariado para a imigração e diálogo intercultural (ACIDI), execução gráfica: gráfica de Coimbra.

ANEXOS

Tabela 17 - Índice de preços do consumidor, Cabo Verde 2008 a2011.

Ano	Dez-08	Dez-09	Dez-10	Dez-11
Total	108,3	108,0	111,7	115,7
Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	110,0	110,6	115,6	120,1
Bebidas alcoólicas e tabaco	102,3	104,6	107,3	109,6
Vestuário e calçado	109,4	112,1	113,7	115,2
Rendas de habitação, água, electricidade, gás e outros combustíveis	105,7	107,0	110,7	116,4
Acessórios, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação	102,5	109,8	111,3	114,7
Saúde	110,0	111,8	114,2	114,6
Transportes	113,5	102,3	107,5	114,1
Comunicações	100,0	88,8	88,8	88,8
Lazer, recreação e cultura	107,3	99,1	98,2	97,4
Ensino	99,0	99,0	99,1	99,0
Hotéis, restaurantes cafés e similares	103,1	105,7	113,1	118,8
Bens e serviços diversos	112,3	119,1	120,2	120,8

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – IPC

Tabela 18 - Índice de Preços no Consumidor por Grupo de Bens e Serviços - Nacional 1998 – 2007

Grupos de Bens e Serviços	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Alimentares e Bebidas	185,1	191,4	182,7	183,9	185,3	185,4	180,3	180,3	191,8	201,3
Alimentares	190,2	196,9	187	187,7	189,1	189	183,5	182,9	196,1	206,4
Cereais e derivados	171,4	175,3	163,2	156,4	162,3	160,4	158,9	158	163,1	174,5
Lácteos e ovos	183,1	186,2	183,9	198,6	202,7	203,6	198,3	195,8	197,6	219,6
Óleos e gorduras	146,8	142,1	141,8	140,1	140	140,5	137,5	136	146,8	150,6
Carne	221,9	232,8	238,6	241,9	246,6	246,7	248,4	249	246,2	250,6
Peixe	246,4	292,7	271,5	308,4	268,6	251,7	261,5	262,2	298,6	294,3
Legumes frescos	244,5	277,1	247,2	242,4	256,7	275,7	237	223,1	269,7	307,3
Legumes secos e em conservas	233,6	217,5	186	195,4	190,4	191	182,9	183,5	205,2	214,3
Frutas	240,6	255,5	245,5	245,3	268,3	281,5	272,2	283,4	290,1	349,4
Açúcar e derivados	154	143,9	146	147,2	145,2	136,1	111,3	114,7	158,1	158,5
Alimentares diversos	169,4	169,9	168,9	176,7	178,1	184,3	193	202,2	201,6	215,2
Bebidas	147,8	150,8	150,4	154,9	156,4	157,6	155,7	159,4	160	163,5
Bebidas alcoólicas	176,5	186,6	191,5	198,8	207,1	212,7	222,1	223,6	223,2	221,5
Bebidas não alcoólicas	102,3	95,9	94,2	94,3	94,6	94,7	100,1	100,4	102,3	113,7
Tabacos e cigarros	143,1	146,4	139,2	137,4	146,8	146,1	149,4	154,6	154,3	155
Vestuário e calçado	165,9	178,4	185	195	203,2	206,8	194,7	179,9	169,6	179,4
Vestuário	160,5	170,7	175,6	184,8	195,5	199,8	187,1	172,3	162,8	172,2
Calçado	181,2	200,2	212,2	224,5	225,7	227,1	216,7	201,6	189,5	199,9
Habit., Equip. e Mat. de uso Domést.	142,2	154,6	156,5	173	177,5	179,8	184,8	198,4	219,5	235,3
Energia e água	154,1	178,4	178,4	206,8	212,8	216,1	224,3	248,1	286,6	308,7
Serviços diversos	157,7	158,6	160,1	162,6	164,1	164,7	166,5	168,6	171,7	176,3
Equipament. e materiais domésticos	115,6	118,9	124,7	126,4	129,5	131,4	131,7	131	130,9	137,2
Bens e Serviços	164,3	162,3	162,5	181,1	189,6	198,9	199,8	203,8	213	213,2
Diversos										
Saúde, Higiene e Cuidados Pessoais	155,4	159,2	162,6	164,9	169,4	172,7	174,4	176,2	177	178,6

Tabela 18 - Índice de Preços no Consumidor por Grupo de Bens e Serviços - Nacional 1998 – 2007

Grupos de Bens e Serviços	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Saúde	282	288,1	292,5	294,2	299,4	303,2	317,6	322,2	323,4	324,7
Higiene e cuidados pessoais	142,8	146,4	149,8	152,1	156,6	159,8	160,3	161,8	162,6	164,3
Ensino, Cultura e Lazer	213,9	189,8	191	187,8	209,1	292,9	283,8	283,8	282,8	283,9
Transportes e telecomunicações	160,4	157,2	155,4	186,3	195,5	197,8	200,2	206,5	222	220,4
Transportes	175,6	171,4	169,1	206,9	219,4	222,2	225,4	232,9	254,2	259,4
Telecomunicações	112,4	113,4	115,6	120,6	120,6	120,6	120,6	120,6	118,7	95
Total Geral	173,9	180,7	176,3	182,8	186,3	188,5	184,9	185,7	195,7	204,4

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Tabela 19 - Evolução da População residente urbana por Ilha e Concelho, segundo os censos de 1990 - 2010

Ilhas / Concelhos	População					
	1990	%	2000	%	2010	%
Cabo Verde	150599	44,1	232147	53,4	303673	61,8
Santo Antão	10083	23,0	14222	30,2	15318	34,9
Ribeira Grande	4055	19,4	4741	22,0	4625	24,5
Paul	1161	14,3	1796	21,4	1263	18,1
Porto Novo	4867	32,7	7685	44,7	9430	52,3
São Vicente	47109	91,9	62497	93,1	70468	92,6
São Nicolau	1899	13,9	5495	40,2	5650	44,1
Ribeira Brava	1899	13,9	5495	40,2	1884	24,9
Tarrafal de S. Nicolau					3766	71,9
Sal	6921	89,7	13089	88,3	23839	92,5
Boavista	1522	44,1	2024	48,1	5407	59,0
Maio	1573	31,7	2664	39,4	2980	42,9
Santiago	73986	42,1	122086	51,6	166502	66,7
Tarrafal	3626	31,2	5772	32,4	6177	33,3
Santa Catarina	3414	8,2	7067	14,1	12026	27,8
Santa Cruz	5302	20,5	8519	25,8	9345	35,1
Praia	61644	86,5	94161	88,5	127832	97,0

Investimento Directo Externo e o desenvolvimento de Cabo Verde

São Domingos	0	0,0	1600	12,0	2583	18,7
São Miguel	0	0,0	4967	30,8	4220	27,0
S. Salvador do Mundo					1406	16,2
S. Lourenço dos Órgãos					1699	23,0
Ribeira Grande de Santiago					1214	14,6
Fogo	5616	16,6	8218	22,0	12382	33,4
Mosteiros	0	0,0	358	3,8	3598	37,8
São Filipe	0	0,0	7860	28,1	8125	36,5
Santa Catarina do Fogo					659	12,4
Brava	1890	27,1	1852	27,2	1127	18,8

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Censos 1990, 2000 e 2010

Tabela 20 - Evolução da Taxa de Inflação Nacional por ano, 1990 a 2010

Ano	Taxa Inflação Nacional
1990	9,0
1991	6,4
1992	5,2
1993	5,9
1994	3,3
1995	8,4
1996	6,0
1997	8,7
1998	4,3
1999	3,9
2000	-2,4
2001	3,7
2002	1,9
2003	1,2
2004	-1,9
2005	0,4
2006	5,4
2007	4,5
2008	6,8
2009	1,0
2010	2,1
2011	4,5

Fonte: Instituto Nacional de Estatística.